

ATENÇÃO INTEGRADA À SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL: REVISÃO NARRATIVA

INTEGRATED HEALTH CARE FOR THE BLACK POPULATION IN BRAZIL: NARRATIVE REVIEW

ATENCIÓN INTEGRADA A LA SALUD DE LA POBLACIÓN NEGRA EN BRASIL: REVISIÓN NARRATIVA



SARA JOANA SERRA RIBEIRO

Universidade Federal do Piauí | Picos, Piauí, Brasil



ERIELTON GOMES DA SILVA

Universidade Federal do Piauí | Picos, Piauí, Brasil



JOÃO RAFAEL DA SILVA FONSECA

Universidade Federal do Piauí | Picos, Piauí, Brasil



GABRIEL CUNHA DA SILVA

Universidade do Estado do Pará | Santarém, Pará, Brasil



DENIVAL NASCIMENTO VIEIRA JÚNIOR

Instituto de Ciências Biomédicas - Universidade de São Paulo | São Paulo, São Paulo, Brasil

Como citar este capítulo:

RIBEIRO, S. S. *et al.* Atenção integrada à saúde da população negra no Brasil: revisão narrativa. In: NASCIMENTO, C. E. M (Org). **Contemporaneidade e promoção da saúde: desafios, reflexões e estratégias.** Teresina: Literacia Científica Editora & Cursos, 2021, p. 94-104. DOI: 10.53524/lit.edt.978-65-995572-4-8/09



<https://doi.org/10.53524/lit.edt.978-65-995572-4-8/09>

RESUMO

OBJETIVO: Promover reflexões acerca da atenção integral à saúde da população negra no Brasil por meio de uma revisão narrativa das políticas e publicações sobre a temática.

MÉTODOS: Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, apesar de que a abordagem utilizada neste estudo utilizou um processo de busca minimamente sistematizado. Foram analisados a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), e 08 artigos resultantes da busca através de Descritores em Ciências da Saúde/*Medical Subject Headings* (DeCS/MESH), combinados pelos operadores booleanos e aplicados na Biblioteca Virtual de Saúde: 'política pública' AND 'saúde da população negra' AND 'saúde das minorias étnicas'.

RESULTADOS: A variação temporal dos estudos encontrados foi entre o ano de 2013 e 2021, com predominância de estudos de avaliação da PNSIPN. O racismo no Brasil apresenta-se de forma silenciosa e provoca impactos consideráveis na vida dessa população, isso pode ser observado nas altas taxas de mortalidade materna e infantil e violência nos ambientes urbanos, o que sustenta estes indivíduos em classes mais pobres e condições precárias de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: É evidente a necessidade de discussão acerca da saúde da população negra, e suas particularidades. Por fim, ressalta-se a escassez de estudos com a temática, bem como a as dificuldades na utilização do critério raça/cor, dificultando a desagregação das informações.

PALAVRAS-CHAVES: Saúde das Minorias. Direitos Civis. Integralidade em Saúde. Equidade em Saúde.

ABSTRACT

OBJECTIVE: Promote comprehensive health care for the black population in Brazil through a review of policies and publications on the subject.

METHODS: This is a narrative review of the literature, although the approach used in this study used a minimally systematized search process. The National Policy for the Comprehensive Health of the Black Population (PNSIPN) and 08 articles resulting from the search through Descriptors in Health Sciences/*Medical Subject Headings* (DECs/MESH) were analyzed, combined by Boolean operators and applied in the Virtual Health Library: 'public policy' AND 'black population health' AND 'ethnic minority health'.

RESULTS: The temporal variation of the studies found was between the year 2013 and 2021, with a predominance of studies evaluating the PNSIPN. Racism in Brazil presents itself silently and causes considerable impacts on the lives of this population, which can be observed in the high rates of maternal and child mortality and violence in urban environments, which sustains these individuals in poorer classes and precarious conditions of life.

FINAL CONSIDERATIONS: It is evident the need for discussion about the health of the black population, and its particularities. Finally, the scarcity of studies on the subject is highlighted, as well as the difficulties in using the race/color criterion, making it difficult to disaggregate the information.

KEYWORDS: Minority Health. Civil Rights. Integrality in Health. Health Equity.

RESUMEN

OBJETIVO: Promover la atención integral a la salud de la población negra en Brasil a través de una revisión de políticas y publicaciones sobre el tema.

MÉTODOS: Esta es una revisión narrativa de la literatura, aunque el enfoque utilizado en este estudio utilizó un proceso de búsqueda mínimamente sistematizado. Se analizó la Política Nacional de Salud Integral de la Población Negra (PNSIPN) y 08 artículos resultantes de la búsqueda a través de Descriptores en Ciencias de la Salud/Encabezamientos de Temáticas Médicas (DECs/MESH), combinados por operadores booleanos y aplicados en la Biblioteca Virtual en Salud: 'política pública' Y 'salud de la población negra' Y 'salud de las minorías étnicas'.

RESULTADOS: La variación temporal de los estudios encontrados fue entre el año 2013 y 2021, con predominio de estudios que evaluaron el PNSIPN. El racismo en Brasil se presenta de manera silenciosa y provoca impactos considerables en la vida de esta población, lo que se puede observar en las altas tasas de mortalidad materno-infantil y de violencia en los ambientes urbanos, lo que sostiene a estos individuos en clases más pobres y condiciones de vida precarias.

CONSIDERACIONES FINALES: Es evidente la necesidad de discusión sobre la salud de la población negra y sus particularidades. Finalmente, se destaca la escasez de estudios sobre el tema, así como las dificultades en el uso del criterio de raza/color, lo que dificulta la desagregación de la información.

PALABRAS CLAVE: Salud de las Minorías. Derechos Civiles. Integralidad en Salud. Equidad en salud.

1. INTRODUÇÃO

A história do Brasil reservou a alguns grupos populacionais, dentre eles a população negra, um lugar de marginalização quanto às políticas públicas (MATOS; TOURINHO, 2018). Cabe citar que mesmo após aproximadamente 100 anos de assinatura da lei Áurea, as comunidades quilombolas ainda eram consideradas ambientes os quais continham grandes concentrações de indivíduos negros que se rebelaram contra o regime escravocrata - colonial (PEREIRA; MUSSI, 2020).

A partir de uma perspectiva sociológica compreende-se que os locais ocupados pelos segmentos sociais são resultantes de questões históricas, tais quais: contexto político, social, econômico, e as desigualdades resultantes de aspectos concernentes ao gênero, raça e classe social. Nesse sentido, as desigualdades sociais colocam as populações vulneráveis em condições mais precárias de adoecimento e morte, de modo a suscitar impactos distintos de acordo com o lugar ocupado na estrutura social (SANTOS, M. *et al.*, 2020).

Em pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2021), no 2º trimestre de 2021, homens e mulheres negras obtiveram rendimentos médios de respectivamente: R\$ 1.968 e R\$ 1.617, enquanto que na população branca estes valores correspondem a R\$ 3.471 (homens) e R\$ 2.674 (mulheres), e ainda, no que diz respeito aos indivíduos sem carteira assinada, autônomos sem contribuição à Previdência Social, e trabalhadores familiares auxiliares, os valores apontam que: 46% negras, 34% não negras, 48% negros e 35% não negros.

De acordo com Jesus (2020), há uma estreita relação entre saúde, meio ambiente e saneamento, de modo que juntamente com a ausência de moradia digna, aqueles configuram-se como aspectos importantes no processo de saúde - adoecimento do brasileiro, apresentando perfis epidemiológicos caracterizados por indivíduos destituídos de poder e propriedade, dentre eles a população negra, destacando aqui a necessidade de pesquisas e estudos cujos objetivos busquem a compreensão destes processos e fenômenos.

Apesar das discussões sobre raça e racismo no Brasil promoverem reflexões que legitimem (ou não) a sua existência e pertinência na realidade social do país, ainda há carência de estudos que discutam sobre os mecanismos de funcionamento deste dentro das instituições, problema cuja motivação pode estar relacionada a dificuldades destas em reconhecer estes mecanismos assim como a habilidade de auto examina-rem enquanto reprodutoras do racismo (LÓPEZ, 2012). O racismo institucional não se apresenta apenas na ausência ou má qualidade de atendimento para a população negra, mas nos programas de formação profissional cujo debate ainda é insuficiente (BORRET *et al.*, 2020).

O enfrentamento do tema racial no Brasil é marcado por um conjunto de inovações políticas e institucionais que abrangem desde políticas afirmativas até a criação de organismos estatais específicos e habilitados para operar políticas públicas de promoção da igualdade racial, ainda, na base deste conjunto de mudanças encontra-se

a desconstrução do mito da democracia racial, o qual enfatizava o contato entre as diferentes etnias como um processo harmônico, quando na verdade este encontro entre diferentes grupos é marcado por intensas desigualdades (THEODORO, 2014).

Conforme a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), a avaliação de saúde corresponde à percepção que os indivíduos possuem da própria saúde, e ainda que a população brasileira seja composta em sua maioria por indivíduos negros, de acordo com os dados fornecidos pela pesquisa em 2019, quanto à autopercepção de saúde, 71% dos indivíduos brancos avaliavam a própria saúde como boa ou muito boa comparado aos 62,1% e 62,9% respectivamente de pardos e pretos (IBGE, 2020).

No cenário atual, diante da emergente crise sanitária decorrente da COVID - 19 depreende-se que a sua propagação afeta de maneiras diferenciadas os grupos sociais, destacando as iniquidades no acesso às políticas públicas, principalmente quando estes indivíduos não têm acesso a água e/ou poder aquisitivo para adquirir máscaras e álcool em gel, além disso as condições dos trabalhadores informais e as configurações territoriais das favelas brasileiras impedem a adoção de medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (SANTOS *et al.*, 2020). A análise das diferentes realidades e modos de viver, a pandemia representa, para os corpos que são historicamente ameaçados pela morte e desigualdades sociais, um verdadeiro genocídio seletivo (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

A população negra apresenta um processo histórico de avanços frente a diversas questões sociais, vale ressaltar a importância da assistência à saúde voltada às especificidades dessa população. A partir disso, o presente estudo tem como objetivo descrever acerca da atenção integral à saúde da população negra no Brasil por meio de uma revisão narrativa e análise documental das políticas e publicações sobre a temática.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura juntamente com a análise documental da PNSIPN, onde de acordo com Melnik e Fineout-Overholt (2018), a revisão narrativa abrange publicações como artigos científicos, livros, capítulos de livros, conferências em anais de eventos, entre outras publicações. Esse tipo de estudo possibilita a abordagem do ponto de vista particular dos autores e contribui na discussão de um assunto em questão.

Embora na revisão narrativa a possibilidade de vieses seja aumentada quanto a interação dos autores, para Atallah (2005) esse tipo de estudo contribui com a descrição e discussão de assuntos de forma a estabelecer contribuições teóricas e contextuais. Corroborando com isso, Cordeiro (2007) afirma que o processo de construção de uma revisão possibilita trabalhar com a temática de maneira abrangente, diante da necessidade de reflexão acerca da temática proposta, optou-se por esse tipo de estudo, visto que a literatura encontrada requer abordagens contextualizadas na sua interpretação.

No entanto, vale ressaltar que, apesar da revisão narrativa não apresentar um processo metodológico e sistemático na sua construção, foram realizadas etapas de forma sistematizada para a busca de dados e seleção do material que foi analisado. Enfatiza-se ainda a importância do rigor metodológico na análise e síntese dos dados, de forma que diminuíssem os vieses que pudessem interferir nos achados.

Quanto à pesquisa documental esta relaciona-se a abordagem qualitativa e tem como fonte e objeto de estudos a investigação de documentos, o que exige também a concepção de formas de agrupá-los direcionados por propósitos, ideias ou hipóteses as quais garantam que a escolha do material analisado não se dê de forma aleatória (ALVES *et al.*, 2021).

Além da análise da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, foi realizada a seleção dos artigos em janeiro de 2022, na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) por meio do cruzamento de descritores selecionados a partir do DeCS/MESH, mediados pelos operadores booleanos com a seguinte configuração: ‘Política Pública’ AND ‘Saúde da População Negra’ AND ‘Saúde das Minorias Étnicas’. Foram incluídos os estudos disponíveis gratuitamente na íntegra, nos idiomas português, inglês e espanhol. Como critérios de exclusão foram descartados aqueles estudos os quais não atendiam aos objetivos propostos nesta pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca resultou em dez artigos, e após aplicação dos critérios e leitura minuciosa resultou em oito artigos. Após leitura dos estudos, estes foram caracterizados de acordo com o título, autores, fonte, ano, objetivo e delineamento do estudo. A variação temporal dos estudos foi entre os anos de 2013, data de publicação da versão mais recente da PNSIPN, e 2021 para os artigos selecionados e publicados recentemente. Quanto aos tipos de estudos predominam os com delineamento de avaliação quanto a implementação da PNSIPN (**Quadro 01**).

A presença do racismo no Brasil, ainda que os povos africanos e seus descendentes tenham sido libertos, apresenta-se de modo silencioso e não declarado e é facilmente observado pelas altas taxas de mortalidade materna e infantil, na prevalência de doenças crônicas e infecciosas e nos índices de violência urbana que atingem este grupo, sustentando a realidade da população negra em um lugar de classes mais pobres e condições de vida precárias (BRASIL, 2013).

De acordo com Neves e Silva (2019), esse processo se deu a partir da segunda metade do século XIX, em que foi implantado no Brasil o projeto de branqueamento, como uma política nacional que facilitava a imigração europeia, este ideal foi incorporado pela população e se apresenta até os dias atuais através da desvalorização da estética negra, e em 1920, o mito da democracia racial se consolida na sociedade brasileira com a crença de que o racismo havia acabado.

QUADRO 1. ANÁLISE DOS ESTUDOS SELECIONADOS. PICOS, PIAUÍ, BRASIL.

Título/ano	Fonte	Objetivo	Delineamento do estudo
Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (BRASIL, 2013)	Ministério da Saúde	Orientar gestores e técnicos acerca da implementação da PNSIPN	Política pública
Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma proposta de avaliação (SILVA <i>et al.</i> , 2013)	Saúde Debate	Validar um plano de indicadores para a avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra nos municípios brasileiros	Estudo de avaliação
A prática do enfermeiro na implementação de políticas públicas para a população negra: à luz da ética feminista (REZENDE <i>et al.</i> , 2021)	Saúde e Sociedade	Analisar as contribuições da prática do enfermeiro na implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra em comunidades quilombolas sobre o prisma da ética feminista	Pesquisa Qualitativa/Estudo de caso
Indicadores de monitoramento e avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (BATISTA <i>et al.</i> , 2020)	Saúde e Sociedade	Apresentar a metodologia de construção de um painel de indicadores de monitoramento e avaliação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra	Estudo de Avaliação
Igualdade Racial (ABREU; LIMA JÚNIOR, 2020)	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	Analisar o cumprimento do Brasil quanto a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação racial	-
Saúde da População Negra: como nascem, vivem e morrem os indivíduos pretos e pardos em Florianópolis (SC) (MATOS; TOURINHO, 2018)	Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade	Realizar um diagnóstico situacional das condições de saúde da população negra no município de Florianópolis (SC)	Levantamento descritivo
Olhares de enfermeiras gestoras da Atenção Primária à Saúde sobre uma política de saúde equitativa (BANDURKA; MEDEIROS; BERGAMO, 2017)	Revista de Enfermagem da UFSM	Analisar os olhares de enfermeiras gestoras sobre a implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) em um município da região norte do Rio Grande do Sul.	Pesquisa qualitativa
Implementação da política nacional de atenção integral à saúde da população negra na Bahia (GOMES <i>et al.</i> , 2017)	Revista Baiana de Enfermagem	Descrever a implantação e operacionalização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra no estado da Bahia, Brasil	Estudo documental

FONTE: ELABORAÇÃO DOS AUTORES (2022).

Nesse contexto, o racismo estrutural permeia vários setores da sociedade, inclusive o cuidado e ensino em saúde (RAIMONDI *et al.*, 2020). De acordo com Almeida (2019), é fundamental distinguir os termos: racismo institucional e racismo estrutural, pois apesar da abordagem, em grande parte da literatura, dos termos indistintamente, estes não são a mesma coisa e descrevem fenômenos diferentes, ao passo que o primeiro foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais, o segundo ocorre em decorrência da própria estrutura social, o *modus operandi* em que as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares são lidas como normais.

A realização de encontros entre gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) nas diferentes esferas permitiu identificar facilidades e dificuldades no processo de implementação da política, com destaque especial para necessidade de inclusão da discussão de racismo durante a evolução dos processos formativos, a dificuldade em inserir o movimento negro nos conselhos municipais, e a demanda de implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação (BATISTA *et al.*, 2020).

Quanto aos profissionais, 61,5% afirmam conhecer superficialmente o documento, e apenas 7,7% das enfermeiras em cargo de gestão a conhecem em todas as nuances. Ainda, 76,9% das enfermeiras se apresentaram como contrárias à implantação da política sob o argumento de que a assistência é igualitária, o que por si só desconsidera as especificidades de cada indivíduo e grupos populacionais (BANDURKA; MEDEIROS; BERGAMO, 2017).

Segundo Rezende *et al.*, (2021), ao avaliar as contribuições da enfermagem na aplicação da PNSIPN, estes são apresentados na categoria: criação de vínculo, enfermeiro na comunidade, e reconhecimento de particularidades da comunidade, considerando a necessidade de fortalecer a relação com a comunidade e assim encontrar caminhos para a efetivação da PNSIPN.

De acordo com avaliação da PNSIPN realizada por Silva *et al.* (2013), quanto ao indicador 'Implantação da rede cegonha', a sua elaboração e manutenção indica a necessidade de registro do critério raça/cor de modo a tornar este indicador mais específico e garantir o monitoramento de eventos de morte materna e infantil, considerando a maior incidência entre mulheres e crianças negras.

Em países europeus e na África do Sul há uma recusa em utilizar os critérios raça/cor, pois acredita-se que abandonar a utilização destes termos por si só é uma resposta efetiva ao contexto político. No que concerne ao Brasil, a utilização destes critérios possibilitou a contestação de informações oficiais, pois apesar da criminalização do racismo, ainda existe a necessidade de aparato legal para assegurar tipificação de provas bem como a proteção da população negra (ABREU; LIMA JUNIOR, 2020).

Diante de estudo realizado em Florianópolis por Matos e Tourinho (2018) observa-se que na população negra encontram-se maior taxa de analfabetismo

e baixa escolaridade, além destes representarem o grupo populacional com mais indivíduos vivendo em situação de baixa renda. Ainda, os dados apontam que os pacientes negros que fazem uso dos serviços de assistência psicossocial estão em maior proporção do que os usuários gerais da rede municipal de saúde, são estes também, que realizam menos consultas de pré-natal, cujas mães de nascidos pretos, pardos e negros possuem baixa escolaridade.

Nesse contexto, a perspectiva trazida por Santos e Rego (2020), é de que o racismo institucional no setor da saúde se trata também de uma questão antiética do ponto de vista da prestação de serviços na rede pública, posto que envolvem antagonismos relacionados a esses cuidados que deveriam em teoria serem pautados em estratégias como da equidade, mas o que se tem são pessoas que carecem de mais assistência continuando com uma assistência que não é integralizada. Dessa forma, carece uma reflexão por parte dos profissionais de como está sendo realizado seu trabalho perante toda população que é plural.

Em relação à saúde da mulher negra Oliveira e Kubiak (2019), abordam que esta continua sendo negligenciada em relação a outras mulheres, o que reflete o racismo institucional para esse público em específico nos seus processos de saúde e doença. Um dos maiores exemplos que se têm são os casos de violência obstétrica que se trata de uma problemática muito mais frequente para mulheres negras, o que demonstra a necessidade dessa população ser amplamente amparada, além de se fazer preciso debates acerca do racismo institucional nas instituições e entre os profissionais buscando dessa forma reduzir as iniquidades sociais e aumentar a prestação de um serviço que busque a equidade em saúde preconizada pelo SUS.

Não obstante, para Ferreira (2018), o racismo e a saúde sob a perspectiva de gênero representam a necessidade de maiores investimentos nas políticas públicas voltadas para gênero e raça, além da capacitação, treinamento e desenvolvimentos dos profissionais que estão inseridos nos serviços que, em geral, nesse setor, ainda são os principais agentes de fortalecimento da desigualdade social. É preciso se fazer compreender que o racismo no trabalho e na sociedade levam ao adoecimento.

Para tal, o desenvolvimento da PNSIPN surge como medida compensatória, cujos estudos desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) forneceram dados importantes sobre a condição de saúde da população negra e seus determinantes sociais, dados estes, fundamentais para compreensão dos baixos níveis de renda da população negra, aspecto limitante das liberdades coletivas e individuais, o que coloca estes indivíduos como mais vulneráveis ao adoecer, bem como aos riscos de agravos e morte (GOMES *et al.*, 2017).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo aponta a escassa produção científica quanto à saúde da população negra, considerando os poucos estudos encontrados e o tempo de publicação da PNSIPN em contraponto ao conhecimento dos próprios profissionais no que diz respeito à sua existência e implementação, barreiras estas capazes de influenciar diretamente na qualidade de vida e o acesso deste grupo aos serviços de saúde com resolutividade e efetividade.

Ainda que o critério raça/cor exista, este pouco é aplicado, impossibilitando a desagregação dos dados e informações para compreensão da real situação de saúde da população negra, tal qual o direcionamento das ações nos diferentes níveis de controle e planejamento do Sistema Único de Saúde.

A ausência destas informações inviabilizam ações de prevenção e controle de doenças e agravos tais quais: Diabete Mellitus, anemia falciforme, hipertensão, violência obstétrica, desnutrição, anemia ferropriva, depressão, tuberculose, dentre outras cuja etiologia ainda que genética ou não acometa a população negra com maior frequência.

Espera-se que este estudo proporcione conhecimentos e levante discussões acerca da saúde da população negra nos diferentes âmbitos sociais, e que o estabelecimento de medidas antirraciais sejam pautados no pacto coletivo entre os diferentes estratos sociais, de modo planejar, desenvolver e implementar ações que dispersem as iniquidades em saúde.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. K.; LIMA JUNIOR, A. T. Igualdade racial. In: BRASIL. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, 2020. p. 271-309.

ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, A. H. *et al.* Análise documental e sua contribuição no desenvolvimento da pesquisa científica. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 51-63, 2021.

ATALLAH, A. N.; CASTRO, A. A. **Revisão sistemática da literatura e metanálise: a melhor forma de evidencia para tomada de decisão em saúde e a maneira mais rápida de atualização terapêutica**. Disponível em: <http://www.centrocochranedobrasil.com.br/cms/apl/artigos/artigo_530.pdf>. Acesso em: 08 dez de 2022.

BATISTA L. E. *et al.* Indicadores de monitoramento e avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 3, p. 1-18, 2020.

BANDURKA, J; MEDEIROS, R. M.; BERGAMO, B. Olhares de enfermeiras gestoras da atenção primária à saúde sobre uma política de saúde equitativa. **Revista de Enfermagem UFSM**, v. 7, n. 2, p. 262-275, 2017.

BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília: Editora MS, 2013.

BORRET, R. H. *et al.* A sua consulta tem cor? Incorporando o debate racial na medicina de família e comunidade - um relato de experiência. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 15, n. 42, p. 1-18, 2020.

CORDEIRO, A. *et al.* Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 34, n. 6, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rcbc/a/CC6NRNtP3dKLgLPwecgmV6Gf/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 03 de jan de 2022.

DIEESE. **Brasil: a inserção da população negra e o mercado de trabalho**. [2021]. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosPopulacaoNegra2021.html>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2021.

FERREIRA, C.A.A. Racismo: uma questão de saúde pública e de gestão na perspectiva de gênero. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, v.7, n.2, 2018.

GOMES, I. C. R. *et al.* Implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra na Bahia. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 31, n. 2, p. 1-12, 2017.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

JESUS, V. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 2, p. 1-15, 2020.

LÓPEZ, L. C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, p. 121-134, 2012.

MATOS, C. C. S. A.; TOURINHO, F. S. V. Saúde da população negra: como nascem, vivem e morrem os indivíduos pretos e pardos em Florianópolis (SC). **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 13, n. 40, p. 1-13, 2018.

MELNYK, B.M.; FINEOUT-OVERHOLT, E. **Making the case for evidence-based practice**. In: MELNIK, B.M.; FINEOUT-OVERHOLT, E. Evidence-based practice in nursing and healthcare. A guide to best practice. 4. Ed. Filadélfia: Wolters Kluwer Health, p. 3-24, 2018.

NEVES, J. P. S.; SILVA, M. A. M. O mito da democracia racial: contexto histórico brasileiro e a construção do racismo no Brasil. **Revista Educar Mais**, v. 3, n. 2, p. 158-166, 2019.

OLIVEIRA, B.M.C.; KUBIAK, F. Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira. *Saúde Debate*, v.43, n.122, 2019.

OLIVEIRA R. G. *et al.* Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID - 19 e o racismo estrutural. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n.9, p. 1-14, 2020.

SANTOS, M. *et al.* População Negra e COVID - 19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 225-244.

SANTOS, H. *et al.* Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID - 19 no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, supl. 2, p. 4211-4224.

SANTOS, R. G. S.; REGO, M. P. C. M. A. O racismo institucional sob a perspectiva da ética do cuidado nos serviços de saúde: uma revisão integrativa. **Saúde Coletiva**, v. 10, n. 56, 2020.

SILVA, T. O. *et al.* Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma proposta de avaliação. **Saúde Debate**, v. 45, n. 129, p. 354-365, 2021.

PEREIRA, R. N.; MUSSI, R. K. F. Acesso e utilização dos serviços de saúde da população negra quilombola: uma análise bibliográfica. **Revista Odeere**, v. 5, n. 10, p. 280-303, 2020.

RAIMONDI, G. A. *et al.* Posicionamento do Grupo de Trabalho Populações (In) Visibilizadas e Diversidades a Respeito das Violências contra a População Negra e do Racismo Racismo Estrutural. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n. 3, p. 1-3, 2020.

REZENDE, L. C. *et al.* A prática do enfermeiro na implementação de políticas públicas para a população negra: à luz da ética feminista. *Saúde e Sociedade*, v. 30, n. 4, p. 1-8, 2021.

THEODORO, M. Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas**, v. 8, n. 1, p. 205-219, 2014.